



PATRIMÔNIO CULTURAL EM DESTAQUE

Trabalhando os conteúdos de bens culturais na
formação do Guia de Turismo

Vinicius Marcelo Silva

PATRIMÔNIO CULTURAL EM DESTAQUE

Trabalhando os conteúdos de bens culturais na
formação do Guia de Turismo

Vinicius Marcelo Silva

Aracaju - SE, 2021

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL

Texto: *Vinicius Marcelo Silva*

Orientação: *Prof. Dr. Marco Arlindo Amorim Melo Nery*

Diagramação: *Felipe de Matos Ladeira*

FICHA TÉCNICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Vinicius Marcelo

Patrimônio cultural em destaque [livro eletrônico] :
trabalhando os conteúdos de bens culturais na formação
do guia de turismo / Vinicius Marcelo Silva. -- Aracaju, SE :
Instituto Federal Sergipe, 2021.

PDF

ISBN 978-65-00-29536-8

1. Memória cultural 2. Patrimônio cultural
I. Título.

21-78348

CDD-363.69

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio cultural : Memória e preservação
363.69

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



AGRADECIMENTOS

Não foi fácil escrever este livro. Ele é o resultado de horas de leituras, dúvidas, conversas e pesquisas.

Ao longo da produção da dissertação como da elaboração deste produto contei com a ajuda de inúmeras pessoas. Portanto, estas primeiras linhas são dedicadas a todas aquelas que de alguma forma contrubuíram para a confecção desta obra.

Primeiramente agradeço a minha esposa pelas muitas conversas, reflexões e paciência e ao meu filho por suportar as horas em que tive ausente.

Também gostaria de agradecer ao meu orientador: o professor Marco Arlindo pelas palavras de apoio e por sua orientação e ajuda nos momentos mais necessários.

Agradeço aos meus colegas de mestrado pelos estudos em grupos, assim como, a todos os diversos profissionais que foram entrevistados ao longo da pesquisa.

Extendo os meus votos aos professores Licio e Luca do Instituto Federal de Sergipe que abriu as portas da instituição e do professor Luca, também do Instituto Federal de Sergipe, por ceder preciosos minutos de sua aula e por fim, a todos os alunos do curso de Guia de Turismo que participaram da pesquisa de mestrado.

SUMARIO

AGRADECIMENTOS	3
Introdução	6
PARTE 1 - HISTÓRIA, TEÓRIA E REFLEXÕES.....	9
Tema 01 - História do patrimônio cultural.....	10
Tema 2 - Preservação do patrimônio cultural.....	18
Tema 03 - Patrimônio cultural e neoliberalismo.....	24
Tema 04 - Patrimônio cultural e turismo cultural	29
PARTE 2 - MÉTODO E PROPOSTAS.	35
Tema 01 - Turismo e a História	36
Tema 02 - Educação patrimonial e interpretação do patrimônio cultural.....	43
Tema 03- Turismo comunitário	52
Conclusões	57
Referências:	60

Fonte internet:

<https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/ultima-roda-de-capoeira-do-ano-movimenta-centro-cultural-nessa-sexta-feira/>





Introdução

Esta produção nasceu da dissertação de mestrado e tem por título “ A perspectiva do ensino sobre Patrimônio cultural no Curso subsequente de Guia de Turismo do Instituto Federal campus Aracaju”, sendo um dos requisitos para o título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe.

O guia pretende se destacar como um instrumento reflexivo a respeito do patrimônio cultural com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento da capacidade crítica, atitude ético-profissional e ampliar a perspectiva omnilateral.

O patrimônio cultural é como uma matéria-prima para o Guia de turismo, pois tamanha é a ligação entre os bens culturais e a prática profissional do Guia. De modo que não há como olhar para o patrimônio cultural material ou imaterial e simplesmente realizar uma descrição sucinta do objeto ou tradição, que, em muitos casos, não tem relação nenhuma com a história ou cultura da sociedade em que o bem cultural se encontra, sem que isso cause prejuízos à compreensão do turista sobre a cultura visitada.

O Guia de turismo é um cicerone do seu país e deve apresentar sua cultura da melhor forma possível ou corre o risco de criar várias distorções nos visitantes.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo cultural, que tem como base o interesse do turista na diversidade cultural dos povos, corresponde a 37% das modalidades de turismo praticadas anualmente.

Sendo assim, é importante compreender o patrimônio cultural como um elemento constitutivo da cidadania, memória e identidade coletiva de um povo. Olhar para o fenômeno patrimonial nas suas múltiplas determinações e relações.

A forma pela qual o Guia de turismo atua em relação à cultura que vai apresentar ao turista pode encher de significado a experiência turística ou criar distorções que dificilmente poderão ser sanadas. O Guia que realmente apreende a perspectiva omnilateral no seu cotidiano cria ambientes



de aprendizagem em todos os lugares sem que isso se torne enfadonho para o turista, deixando sempre “aquele gostinho de quero mais”.

A primeira parte que tem como nome “História, teoria e reflexões” foi subdividida em quatro temas que são: Tema 1 - História do patrimônio cultural; Tema 2 - Preservação do patrimônio cultural; Tema 3 - Patrimônio cultural e neoliberalismo e Tema 4 - Patrimônio cultural e turismo cultural.

Assim, esta primeira parte, como o próprio nome diz, trata de reflexões de caráter mais histórico e teórico. Procurando discutir a História e o desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural.

Questão como: a salvaguarda dos bens culturais e os problemas oriundos da relação entre a estrutura econômico na contemporaneidade, o capitalismo neoliberal foram muito debatidos.

A segunda parte que tem como nome “ método e propostas” foi dividido em três temas que foram: Tema 1 - Turismo e História; Tema 2 - Educação patrimonial e interpretação do patrimônio cultural e Tema 3 - Turismo comunitário.

Esta metade do produto teve como objetivo ser mais prepositiva (o passo a passo que os alunos queriam). Foi abordado como a perspectiva da História Cultural pode ajudar os guias de turismo na elaboração de roteiros e na execução de guiamentos com mais significados.

Os pontos que envolvem a Educação patrimonial foram esmiuçados, visto que esta metodologia é um poderoso instrumento para os Guias de Turismo, os quais, também, são agentes educativos.

No último tema explica-se que o Turismo comunitário e como ele pode representar um ponto de partida para empoderamento das comunidades sem ceder as pressões do mercado.

Este material não é um roteiro de como o operador de turismo deve proceder em relação ao patrimônio cultural, ou seja, a presente obra não constitui um passo a passo diante das questões que envolvem os bens culturais.

Antes de tudo, a obra se constitui como um instrumento de reflexão e criticidade. Neste sentido, oferece-se ao Guia de turismo a oportunidade



de pensar e repensar a respeito da sua atividade profissional, pelo menos no que tange ao patrimônio cultural.

Espera-se contribuir com a formação profissional do Guia de turismo e, a partir dele, oportunizar aos alunos do Guia de turismo, dos profissionais de guiamento e até mesmo do corpo discente da graduação em Turismo o desenvolvimento de uma perspectiva, realmente, omnilateral e mais humana.¹

1 O que é relativo a todo os lados ou dimensões. Na perspectiva dos Institutos Federais significa que o aluno (a) será formado para analisar, compreender e criticar todos os aspectos da vida: sejam eles políticos, culturais, sociais, históricos, científicos, econômicos ou qualquer outros. O homem omilateral é aquele capaz de posicionado no mundo compreender tudo o que está a sua volta e assim, se desejar, intervir na sua realidade social, cultural e política.



Tema 01 - História do patrimônio cultural

De onde vem a palavra patrimônio cultural? Será que todas as sociedades tiveram ou têm bens culturais? Quais as características de um patrimônio cultural? Para que serve um patrimônio cultural? E por que preservar um bem cultural?

Quando nos deparamos com o fenômeno patrimonial perguntas como as do parágrafo anterior e muitas outras surgem em nossas mentes e as dúvidas se multiplicam. Isso ocorre porque o patrimônio na contemporaneidade é uma manifestação social, cultural e até mesmo econômica de muito sucesso, mas pouco compreendida.

Os diversos profissionais que trabalham com algum aspecto do patrimônio cultural conhecem bem os conceitos e os pormenores que envolvem as questões patrimoniais inseridas no campo dos bens culturais. Mas, de certa forma, isso não acontece com o público em geral.

O que se nota é um desconhecimento a respeito do patrimônio cultural, geralmente, aquilo que atrai o turista é da ordem estética ou lhe parece exótico e até mesmo a visita a um bem cultural pode ser motivada por fatores pessoais.

Agora, olhem atentamente para a figura abaixo. Pode-se dizer que ela é esteticamente bonita? Talvez seja exótica?



Figuras 1 - Venus de Willendorf
Arte Mitológica

Fonte internet: <https://br.pinterest.com/pin/301741243761475741/>

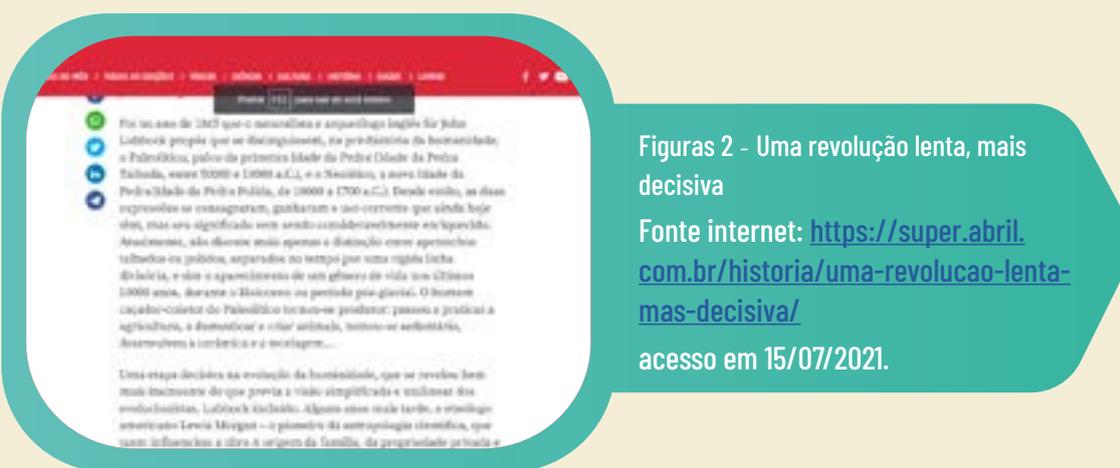
acesso em 15/07/2021.

Certamente, não é uma figura esteticamente bonita, seu corpo é desproporcional, parece malfeita, contudo, é patrimônio cultural. A parte estética não é o importante aqui e sim a compreensão. A peça em destaque é fundamental para entendermos a posição da mulher e a religiosidade das sociedades humanas no período neolítico.

O patrimônio cultural é parte de um processo histórico e, como testemunhas do passado, nos auxilia a compreender o desenvolvimento do homem através da história.

Por isso, olhar o patrimônio cultural e não perceber as conexões, as quais o bem cultural se liga, e perder a oportunidade de compreender a história e cultura de um povo, é apenas transformar aquele patrimônio cultural em um produto a ser consumido.

“Mais sobre a arte neolítica pode ser lida nesta reportagem da Superinteressante”.



1.1 Monumento

Segundo Choya (2006), o patrimônio estava ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, principalmente, a sociedade Romana Clássica.

Funari e Pelegrine (2009), por sua vez, marcam a origem da palavra patrimônio em Roma, que surge da palavra latina “patrimonium” e se referia a tudo o que pertencia ao “Pater familias”, ou seja, ao chefe da casa. Só que, em Roma, a família tinha uma característica específica, pois significava tudo aquilo que estava sobre o domínio do chefe da casa: filhos, filhas,

esposa, escravos, animais, os bens móveis e imóveis. Tudo isso fazia parte do “patrimonium” e podia ser legado por testamento, inclusive as pessoas.

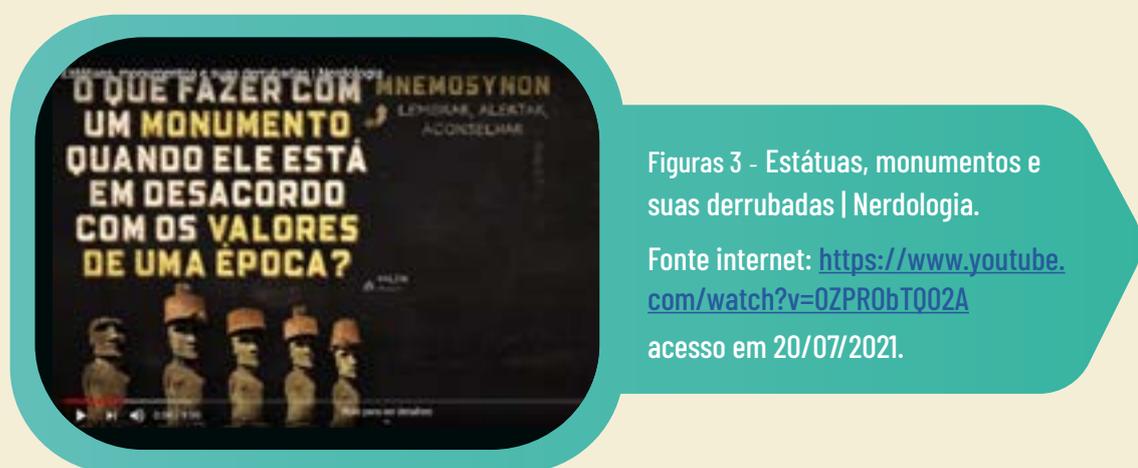
Então, o patrimônio está ligado à ideia de legado e de herança. Contudo, ainda restrito à esfera privada, sendo necessário, portanto, um elo entre o privado e o público, uma vez que ao se referir ao patrimônio cultural sempre estamos nos remetendo à esfera pública.

Para Choya (2006), o monumento histórico cumpriu esse papel ao decorrer da história. Sendo uma palavra de origem latina, o “monumentum” derivada de monere (“advertir”, “lembrar”) e significa aquilo que traz à lembrança alguma coisa.

A ideia de preservar a memória, os acontecimentos e a história é originada na Grécia Antiga e influenciou o mundo Romano. Mas, tanto na Grécia quanto em Roma o monumento teria uma conotação diferente da contemporânea. Estava muito mais ligado a uma ideia de preservar a memória dos grandes homens do que preservar a memória e história da nação.

O patrimônio cultural, enquanto legado cultural, começou a deixar de ser privado na Idade Média. De acordo com Funari e Pelegrine (2009), a religiosidade cristã com suas categorias de valores sociais compartilhou os sentimentos religiosos em um mosaico de culto aos santos e a valorização das relíquias que deram às pessoas comuns um sentido bem peculiar de patrimônio. Essa valorização dos lugares e objetos de cunho religioso tinha um aspecto coletivo, não que isso retirasse o caráter aristocrático do patrimônio, contudo, fugia do seu controle.

“Para saber mais sobre a questão do patrimônio / Monumento, é interessante assistir ao vídeo do canal do Youtube Neodologia”



Figuras 3 - Estátuas, monumentos e suas derrubadas | Nerdologia.

Fonte internet: <https://www.youtube.com/watch?v=OZPRObTQ02A>

acesso em 20/07/2021.



O conceito de contemporâneo de patrimônio cultural nasceu na Revolução Francesa. No frenesi dos eventos que seguiram em 1789, em que a população enfurecida procurou destruir tudo aquilo que lembrava a nobreza, igrejas foram incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas e castelos saqueados.

Contudo, contrariando essa lógica destrutiva, os comitês revolucionários, por meio de ações jurídicas, tinham como finalidade proteger os patrimônios que contassem a história nacional da França.

Em seguida, o surgimento do patrimônio cultural está ligado ao desenvolvimento do Estado-nação e da Revolução Industrial.

Assim, o início do Estado-nação implicou na necessidade de educar a população; de criar entre o povo uma ideia de passado comum, ou seja, uma memória nacional que possibilitasse o desenvolvimento do sentimento de amor à pátria e de identificação com o legado escolhido pelos grupos dominantes.

Logo, a Revolução Industrial foi um período de dramáticas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, as quais modificaram profundamente a paisagem urbana e rural. Neste sentido, o homem do oitocentos passou a temer uma desconexão com o passado.

Esse medo da mudança de paisagens e, conseqüentemente, da perda de referências criou uma urgência em preservar o passado. Tendo isso em vista isso, o historiador Pierre Nora (1993) elaborou o conceito de Lugares de memória para se referir a museus, arquivos, monumentos, festas comemorativas e todos os locais que, de alguma forma, ajudam a preservar a memória de uma sociedade.

Os lugares de memória são o refúgio de uma memória coletiva que as sociedades começam a esquecer, e, portanto, querem preservar desesperadamente. Estes espaços de memória contam um passado mitificado, onde cada nação busca refúgio quando está em crise, evocando seus fundadores e heróis como uma forma de si protegerem das transformações que ameaçam de alguma forma. As cidades europeias são testemunhas da história que se estende desde a formação do Burgo Medieval até as cidades industriais da Era do carvão e aço, e, portanto, portadoras das memórias de um processo de desenvolvimento histórico descrito na Carta de Atenas de 1933.

“Sobre a Carta de Atenas de 1933, ver mais no site do IPHAN.”

Figuras 4 - Carta de Atenas

Fonte internet: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>
acesso em 03/06/2021.

IPHAN

Carta de Atenas

EM NOVENHO DE 1933

Assimila do ICOM

ICOM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

Princípio Paris - Atenas

O Estado e os Municípios

Art. 1. O Estado e os Municípios têm o dever de assegurar a conservação e a proteção dos monumentos e sítios.

Parágrafo. O Estado e os Municípios devem assegurar a conservação e a proteção dos monumentos e sítios, bem como a sua utilização para fins culturais e educativos.

Assim, a missiva é parte de um conjunto de documentos conhecidos como cartas patrimoniais. Foi o marco de um primeiro esforço para a compreensão das cidades como legado cultural, mas, também, representou os interesses de uma burguesia, que inspirada na reforma de Paris, realizada por Georges-Eugene Haussmann, entre 1852 e 1870, tinha o objetivo de acabar com a miséria representada pelos cortiços e o caos urbano, devido ao amontoamento de pessoas e aos veículos salvaguardando dos processos urbanísticos os monumentos que contam as histórias nacionais a partir do entendimento da classe burguesa.

A II Guerra Mundial vitimou milhões de vidas e destruiu incontáveis bens culturais em pelo menos três continentes, e quando a guerra chegou ao fim os países envolvidos no confronto organizaram-se para criar a ONU (Organização das Nações Unidas) e o braço da ONU, que seria o responsável pela valorização e preservação dos patrimônios culturais, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura).

Segundo a UNESCO, o patrimônio cultural é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios, que tenham valor universal excepcional de uma perspectiva histórica, estética, arqueológica, científica, etnológica, e engloba um conjunto diversificado de obras, como: obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais ou de caráter arqueológico, e ainda obras isoladas ou conjugadas do homem e da natureza. Ademais, são denominadas Patrimônio Natural as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal.



A definição de patrimônio cultural da UNESCO estabelece critérios entre aquilo que é ou não é considerado um bem cultural para a Organização, não indo muito além dessa classificação. Há, contudo, outros conceitos que procuram se aprofundar às questões referentes ao fenômeno patrimonial.

Nesse texto, entende-se patrimônio cultural como as escolhas que o Estado faz, levando em consideração a opinião da sociedade ou não a respeito de quais manifestação históricas/culturais constituídas, tanto socialmente como historicamente, devem ser preservadas no intuito de construir ou preservar determinada memória e identidade coletiva.

Nesta definição de patrimônio cultural há três aspectos considerados importantes aqui, a saber:

- O Estado define quais itens, prédios e tradições serão considerados patrimônio cultural, logo, preservados;
- O patrimônio cultural se constitui socialmente e historicamente;
- Os bens culturais auxiliam na construção da memória e na identidade coletiva de uma sociedade.

É claro que este capítulo foi uma síntese do processo histórico que culminou com o desenvolvimento do conceito contemporâneo de patrimônio cultural, tal processo remontando a Grécia Antiga tem mais de um milênio e não poderia ser abordado em uma obra como essa, aliás, não foi nem o objetivo.

A intenção foi demonstrar que o desenvolvimento do patrimônio cultural, ou do seu conceito, é parte de um processo de formação própria, assim como parte do próprio processo de formação das sociedades e, dessa forma, conscientizar o leitor a enxergar o patrimônio inserido nessa dinâmica.

Por último, será apresentado um mapa mental do processo sobre o desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural descrito neste capítulo:



Figuras 10 - Processo histórico do desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural

Fonte : Criada por Vinicius Marcelo Silva.



Tema 2 - Preservação do patrimônio cultural

O ato de preservar um bem cultural é uma escolha política, a qual revela os atritos entre os diversos atores políticos que disputam a primazia de definir a memória que será preservada ou esquecida e os aspectos ideológicos envolvidos no ato da escolha.

A preservação traz alguns questionamentos importantes, pois o tombamento de um bem não garante sua preservação, é necessário a presença do Estado ou da iniciativa privada que garante uma nova utilização do patrimônio, principalmente o de “pedra e cal”, ou incentivos à manutenção de certas tradições culturais.

A cidade italiana de Polignano a Mare é uma cidade que guarda muito da arquitetura medieval e é, por isso, considerada patrimônio cultural da Itália.

Nela encontra-se o restaurante do Hotel Grotta Palasseze, construído no interior de uma gruta, que desde o século XVII servia de salão de festa para a nobreza local, este exemplo, mostra como se pode ressignificar um patrimônio cultural, mantendo algumas de suas características e atribuindo novas finalidades, mas que garantem sua preservação.

Figuras 5 - Restaurante do Hotel Ristorante Grotta Palazzese



No vídeo da Casa do Saber “a importância da preservação de museus e patrimônio cultural”, a professora Maria Cristina Kormikiari problematiza a questão da preservação dos bens culturais.

Figuras 6 - A importância da preservação de museus e patrimônio cultural | Maria Cristina Kormikiari

Fonte internet: <https://www.youtube.com/watch?v=hCtwj4eF4G4&t=538s>
acesso em 21/08/2021.'



Outro exemplo é a cachaça e a caipirinha, o Estado assume a responsabilidade de impor, sobre o território, um sistema simbólico capaz de construir uma identidade nacional, mas não qualquer identidade nacional e sim uma que reflita as ideologias da classe dominante.

Siqueira e Dias (2013) trouxeram o exemplo de como o Estado brasileiro se apropriou da cachaça e da caipirinha como símbolos nacionais, os quais expressam a brasilidade e representam o país no mundo.

Figuras 7

Fonte internet: <https://br.depositphotos.com/stock-photos/cacha%C3%A7a.html>
acesso em 03/07/2021



A cachaça e a caipirinha, no início do século XX, eram vistas como uma bebida de vagabundos e associada às camadas mais baixas da sociedade brasileira, contudo, isso mudou graças à semana de Arte Moderna de 1922.

Há mais ou menos 20 anos, as duas bebidas começaram a ser valorizadas cada vez mais até o momento que o Estado brasileiro se apropria da cachaça e da caipirinha tornando-as símbolo nacional e produto de exportação.



As bebidas são patrimônio imaterial no país e, neste contexto, Siqueira e Dias (2013) explicam o Estado brasileiro por meio da patrimonialização, que buscou tornar as manifestações populares, reais e plurais, em um discurso homogêneo. Desta forma, fez de cada brasileiro o portador de um gosto natural pela cachaça e pela caipirinha.

As bebidas transformadas em símbolos nacionais também visam a construção da identidade nacional. Conforme apontam Siqueira e Dias (2013), faz parte de um processo ideológico “no qual há uma reinterpretação e universalização das práticas populares. Esse processo de construção é realizado por intelectuais e estudiosos situados no interior do Estado” (SIQUEIRA; DIAS, 2013, p. 13). Os quais, ainda, precisam relacionar o Estado nacional aos brasileiros por meio da “elaboração de legislação específica para promover a preservação e identificação da cachaça e da caipirinha como bebidas tipicamente brasileiras, através de seus registros” (SIQUEIRA; DIAS, 2013, p. 13). Transformando, dessa maneira, as bebidas em produtos “made in Brazil”, como as duas autoras lembram:

Em 21 de dezembro de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso por meio do decreto 4.062 define as expressões “cachaça”, “Brasil” e “cachaça do Brasil” como sendo indicações geográficas. Em seu artigo primeiro, estabelece que “o nome ‘cachaça’, vocábulo de origem e uso exclusivamente brasileiros, constitui indicação geográfica para os efeitos no comércio internacional” e no artigo terceiro determina que “o uso das expressões protegidas ‘cachaça’, ‘Brasil’ e ‘cachaça do Brasil’ é restrito aos produtores estabelecidos no país”. Outra importante ação do Estado foi a elaboração do decreto nº 4.851, de 2 de outubro de 2003 que estabelece que “a caipirinha é a bebida típica brasileira com graduação alcoólica de quinze a trinta e seis por cento em volume a vinte graus Celsius obtida exclusivamente com Cachaça, acrescida de limão e açúcar”. Dessa forma, a cachaça e a caipirinha são apropriadas como atrativos culturais brasileiros, contribuindo para sua preservação como patrimônio cultural imaterial (SIQUEIRA & DIAS, 2013, p. 13).

Portanto, o Estado nacional toma para si a prerrogativa de definir o que é ou não é patrimônio cultural, e, no exemplo dado por Siqueira e Dias (2013), pode-se até mesmo se apropriar daquilo que é da cultura popular, mesmo que em um primeiro momento a determinada manifestação cultural seja desprezada pelas classes que dominam o aparelho estatal, a ressignificando de acordo com a sua ideologia.

Pensando à luz do materialismo histórico dialético, a apropriação do Estado dos bens culturais materiais e imateriais de um país tem como base a estrutura econômica que vigora naquele território.

Por essa perspectiva, a ideologia preponderante no capitalismo é estritamente econômica. Sendo, os valores humanísticos substituídos por uma prerrogativa meramente mercadológica.

Com a primazia de definir o que é ou não é patrimônio cultural, o Estado salvaguarda os objetos materiais ou as tradições imateriais de acordo com as suas próprias convicções ou do corpo de especialistas que integram os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.

No Brasil, o Estado assume o compromisso em preservar os bens culturais nacionais durante o Estado Novo. O governo de Getúlio Vargas tomou para si a tarefa de construir a nacionalidade brasileira, não é à toa que as primeiras legislações a respeito da proteção do patrimônio cultural são desse período, assim como a criação do órgão de salvaguarda dos bens culturais: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, o qual deu origem ao atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Para saber mais a respeito da história da cachaça e da caipirinha assinta ao vídeo “Caipirinha: Patrimônio Cultural do Brasil”.



Figuras 8 - Caipirinha: Patrimônio Cultural do Brasil

Fonte internet: https://www.youtube.com/watch?v=HO_REz01Ggw&t=178s
acesso em 28/07/2021.

O tombamento é o instrumento jurídico responsável por salvaguardar o patrimônio cultural. A lei que regula o ato de tombamento no país ainda é o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Um bem cultural para ser tombado precisa ser inscrito em um dos quatro livros Tombos, que são:

- ***Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico:*** em que são inscritos os bens com arqueológico, relacionados à ocupação humana pré-histórica ou histórica de valor etnográfico e de valor paisagístico;

- ***Livro do Tombo Histórico:*** são inscritos os bens culturais em função de seu valor histórico. É formado pelo conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público;

- ***Livro do Tombo das Belas Artes:*** aqui são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico;

- ***Livro do Tombo das Artes Aplicadas:*** onde são inscritos os patrimônios culturais em relação ao seu valor artístico associados à sua funcionalidade.

É óbvio que o tombamento não garante por si a preservação de um patrimônio cultural, pois é necessário investimentos na recuperação, manutenção e transmissão (no caso das práticas culturais).

O turismo torna-se um importante aliado no que tange a preservação do patrimônio cultural e na viabilidade de recuperação, manutenção e transmissão do bem cultural. Contudo, contraditoriamente, o turismo quando sem critérios, massificado e acrítico, coloca em risco o próprio patrimônio cultural.



Tema 03 - Patrimônio cultural e neoliberalismo

Abordar a relação entre patrimônio cultural e neoliberalismo é bem complicado e complexo, e, portanto, não há espaço e nem tempo para se debater as questões que envolvem o neoliberalismo neste instrumento textual e nem mesmo é a intenção criar especialistas em assuntos econômicos.

Contudo, algumas noções básicas são necessárias, pois o neoliberalismo está presente em todos os momentos da vida. Não há como compreender a relação entre o patrimônio cultural e o neoliberalismo sem entender algo sobre essa nova fase do capitalismo.

O vídeo da Rita Von Hunt é um excelente material introdutório. O endereço eletrônico está abaixo da figura.



Figuras 9 - Como funciona o liberalismo e o neoliberalismo?

Fonte internet: <https://www.youtube.com/watch?v=DVxELixHN7Y&t=10s>

acesso em 06/07/2021.

3.1 Neoliberalismo

O neoliberalismo é, de certa forma, um retorno ao liberalismo. Mas, não é uma simples volta a uma antiga forma de se ver o capitalismo, é, antes de tudo, uma ampliação dos pressupostos do liberalismo do século XIX.

Dito isso, os professores Dardot e Laval (2016) definem o neoliberalismo do século XXI como uma ideologia ou mesmo uma política econômica fundamentalmente racional. A qual busca estruturar e organizar as ações dos governantes e até mesmo das sociedades. A característica principal da racionalidade neoliberal é a generalização da concorrência como norma a ser seguida por empresas e pessoas.

O neoliberalismo é a razão do capital contemporâneo que se enxerga livre de suas amarras do seu principal concorrente, o socialismo soviético.



co, e se torna norma de vida pela qual os discursos, as dinâmicas sociais, as práticas políticas, os princípios, os valores e as ideologias são organizados.

Historicamente, os neoliberais procuraram substituir o Estado de bem-estar social (Welfare State) pelo neoliberalismo e encontraram a oportunidade na crise do petróleo em 1973, a qual provocou o cenário ideal para a implantação do neoliberalismo, que, oficialmente, inicia-se na década de 1980 nos governos do norte-americano Ronald Reagan e da inglesa Margaret Thatcher.

As forças neoliberais destroem as forças produtivas por meio das desregulações das leis trabalhistas, desemprego em massa e precarização do trabalho, com o objetivo, segundo David Harvey (2011), de restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

Contudo, apesar do discurso neoliberal, as contradições dessa racionalidade são as mesmas do liberalismo, ou seja, a ideia de livre mercado é uma ilusão. Nesta perspectiva, Eduardo Moreira (2020) expõe que o poder político das grandes corporações, fruto do poder econômico e da capacidade de influenciar os mercados de trabalho, de insumos e de consumo, torna-se mecanismos para manipular o Estado, controlando as decisões políticas que a partir desse momento são tomadas a favor das grandes corporações. A finalidade é impedir que o livre mercado exista e barreiras de entrada mais fortes sejam criadas para novos competidores. Se formam, então, monopólios e um cenário terrível para trabalhadores, consumidores e empresas menores.

Por fim, o modus operandi das políticas neoliberais são as seguintes: 1) desestruturando as relações de trabalho, os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, destruindo as suas formas de organização e precarizando as condições de trabalho, reduzindo salários por meio de chantagem do desemprego; 2) destruindo as políticas de proteção sociais, mercantilizando os serviços de saúde e educação, privatizando a seguridade social e criando mecanismos tributários que penalizem os mais pobres e beneficiem os mais ricos; 3) cobrando a redução dos gastos governamentais com políticas sociais e com a manutenção da própria máquina do Estado como forma de ter acesso aos fundos governamentais por meio da compra de dívidas da união ou de ajudas monetárias em momentos de crise; 4)



construindo uma subjetividade baseada na competitividade e individualidade por meio do domínio das mídias sociais e digitais, do sistema educacional e da incorporação do vocabulário corporativo no cotidiano.

O assunto não se esgota aqui, compreender o neoliberalismo é compreender o funcionamento atual do mundo e, para isso, é necessário adentrar o processo histórico do desenvolvimento do capitalismo.

Consequentemente, é também compreender as questões que cercam o patrimônio cultural, pois, uma vez que a cultura se desenrola sobre a estrutura econômica vigente é por ela afetada.

3.2 Neoliberalismo e o patrimônio cultural

A cultura é um outro campo no qual o neoliberalismo alonga-se. É neste contexto que o patrimônio cultural interage com o ideário neoliberal.

Na visão de Ferko (2009), a produção cultural foi transformada em uma arena implacável de conflito social. Um desses conflitos consiste na própria competição entre os sujeitos, estimulada pelas políticas de fomento ao empreendedorismo, que servem aos interesses do sistema econômico e como tal seguem a trajetória de culto ao individualismo.

A tira do cartunista Miguel Paiva (2019) representa o perigo que corre o cinema brasileiro. Miguel Paiva afirma que a cultura brasileira segue ameaçada. Em um país como o Brasil, diz o desenhista, não se pode entregar a cultura para a iniciativa privada como querem os neoliberais.

Em um país pobre como o Brasil, violento e abandonado, sem autoestima, sem orgulho, sem possibilidades reais de crescimento, a cultura ficaria entregue a uma lógica mercadológica, sendo apenas mais um produto a ser consumido.

Segundo Viana (2018), deve-se pensar a cultura como o conjunto das produções intelectuais, as quais assumem diferentes formas em sociedades distintas. Nessa perspectiva, a cultura, assim como o Estado, não só corresponde a determinado modo de produção, mas também o reproduz e reforça. Não é à toa que o neoliberalismo age sobre a cultura na intenção de moldá-la às suas convicções.



Figuras 10 - Miguel Paiva: Atrofia cultural

Fonte internet: <https://vermelho.org.br/2019/09/14/miguel-paiva-atrofia-cultural/>
acesso em 09/08/2021.

Para isso, opera no sentido de mercantilizar e massificar aquilo que considera rentável e impedir as possibilidades de investimento, principalmente o estatal, no que julga desnecessário ou perigoso aos seus propósitos.

A cultura como construção simbólica é responsável pela constituição identitária de uma sociedade e o patrimônio cultural, seja material ou imaterial, é parte desta construção.

Viana (2018) observa que “algumas manifestações culturais específicas como as ideologias [...] expressam esse processo cultural de intervenção sobre a realidade e sua relação com a reprodução ou transformação social” (VIANA, 2018, p. 17). Por conseguinte, o patrimônio definido pelos neoliberais reflete a ideologia neoliberal que segundo Villares (2016) “está vinculada ao retorno do individualismo liberal” (VILLARES, 2016, p. 5).

Portanto, o patrimônio digno de expressar os valores burgueses e ser mercantilizado é o único que interessa a lógica neoliberal. O restante fica condenado ao esquecimento, à mercê da especulação imobiliária, e mesmo os bens culturais constituídos historicamente por meio da luta de grupos minoritários ou da classe operária estão sob o perigo do destombamento.

Assim, a relação entre o neoliberalismo e o patrimônio cultural é basicamente uma relação mercantil e a dinâmica dessa relação diz qual bem cultural será preservado ou não, o que no fim das contas corresponde a dizer qual memória será ou não preservada.



Tema 04 - Patrimônio cultural e turismo cultural

O turismo cultural é um dos maiores fenômenos sociais, culturais e econômicos dos séculos XX e XXI, uma vez que anualmente milhares de pessoas viajam ao redor do mundo em algum tipo de atividade turística. Tratando-se de um processo histórico complexo que causa impacto na economia, no planejamento e na gestão das localidades. Suas ações como atividade econômica têm suas origens ligadas à Revolução Industrial. Contudo, de uma certa forma, os homens sempre procuraram viajar, conforme suas possibilidades.

De toda forma, o surgimento do turismo contemporâneo está ligado às viagens organizadas por Thomas Cook.

Graças aos avanços proporcionados pela Revolução Industrial, como os trens, os navios a vapor e as linhas de comunicação, o mundo estava muito mais integrado e as viagens já não demoravam tanto. Nesta perspectiva, explicam Leite e Soares (2016), “o jovem pregador batista de Loughborough, na Inglaterra, Thomas Cook, teve a ideia de levar os fiéis de sua Igreja para encontros religiosos nas cidades vizinhas, cobrando por seus serviços” (LEITE; SOARES, 2016, p. 5).

Ademais, Thomas organizou uma viagem para cerca de 570 passageiros entre as cidades de Leicestere e Loughborough na Inglaterra. Sobre isso, Leite e Soares (2016) exemplificam que apesar do caráter religioso as viagens “passaram a oferecer também aos participantes diversões, tais como: jogos de críquete, danças ao som de uma banda que os acompanhava, etc” (LEITE; SOARES, 2016, p. 5).

Thomas Cook foi o primeiro a abrir uma agência de viagens e a organizar excursões internacionalmente. Segundo Medeiros e Castro (2013), a primeira viagem turística à América do Sul foi promovida pela filial de Nova York da agência do pioneiro do turismo.

Para Costa (2009), Thomas Cook significou um importante avanço na democratização das viagens, as quais se tornaram mais acessivas às camadas médias das populações devido a diminuição dos custos finais repassados para a clientela, até mesmo implantou um sistema de financiamento.

Por outro lado, o nome de Cook dava certa segurança às viagens e à supressão da imprevisibilidade durante a execução dos roteiros.

O vídeo “O que é Turismo? Destino turístico, impactos e sustentabilidade”, do canal do Youtube “Turismo Consciência”, faz um debate bastante crítico sobre o Turismo.



Segundo Peciar (2005), o turismo cultural é visto como aquele que, entre outras características, tem o intercâmbio cultural, o inter-relacionamento entre pessoas de localidades distintas e o desejo de conhecer o outro, a principal motivação das viagens.

O medo do outro, assim como o fascínio pelo outro sempre existiram na história humana. Assim, na contemporaneidade a curiosidade em conhecer novas culturas ganhou dimensões globais.

Borges (2015) menciona que o turismo cultural é uma espécie de turismo alternativo, o qual proporciona o contato e o desenvolvimento das atividades turísticas a partir de uma determinada cultura. Já para Costa (2009) seria

Aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem (COSTA, 2009, p. 40).

Então, o turismo cultural é aquele que atrai o turista a conhecer as construções históricas e artísticas de outras sociedades, assim como suas manifestações culturais imateriais.

Desta forma, existe uma relação muito íntima entre o turismo cultural e o patrimônio cultural, contudo, nem sempre harmoniosa. O turismo de massa reduz os bens culturais à mercadoria, artificializa as trocas culturais cotidianas, desconstrói a relação dos bens culturais com a comunidade e coloca a própria sobrevivência física ou simbólica dos patrimônios culturais em risco.



O texto de Cristina Seibert Schneider "Turismo Cultural: uma Proposta de Preservação do Patrimônio Material" é uma sugestão interessante, pois aborda como o turismo cultural pode cooperar para a preservação do patrimônio cultural.

Fonte internet: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/23.pdf>,

acesso em 21/07/2021.

O turismo cultural é dividido em subcategorias, o autor Köhler (2019) fez a descrição dos principais tipos de turismo, a saber:

- **Turismo Patrimonial e Turismo Histórico:** sem dúvida é o mais conhecido das divisões do Turismo Cultural, sendo confundido com a compreensão geral, ou seja, com o Turismo Cultural. O turismo patrimonial é subgrupo do turismo, no qual a motivação da visita é baseada nas características patrimoniais do lugar, e o turismo histórico é definido como um subgrupo, no qual o principal motivo da visita são os atributos histórico.

- **Turismo de Legado:** turismo de legado ou turismo genealógico é um pequeno nicho de mercado, dentro do segmento de turismo cultural. Diz respeito a turistas que querem buscar suas origens (árvore genealógica).

- **Turismo Religioso:** muitos autores consideram o turismo religioso como parte do turismo patrimonial, mas o que difere é o motivo que leva ao turista viajar. Sendo sempre relacionado à espiritualidade do sujeito.

- **Turismo Sombrio:** no ano de 1990, surgiu um novo tipo de turismo, um tanto controverso. O turismo sombrio consiste na motivação de conhecer e consumir experiências em sítios históricos, monumentos e lugares associados a genocídios, democídios, massacres e violações a direitos humanos fundamentais.



Figuras 13 - Vídeo do Canal Euronews "Irlanda do Norte: entre o turismo sombrio e o Brexit"
Fonte internet: <https://www.youtube.com/watch?v=X8Tsve4U80g&t=24s>
acesso em 12/07/2021.

- **Turismo Literário (Turismo Artístico):** O turismo literário é aquele motivado por uma associação de casas, museus, paisagens e lugares com a vida e a obra de escritores e artistas.

- **Turismo Étnico:** é um tipo de turismo feito por residentes de países desenvolvidos em regiões pobres e atrasadas de países em desenvolvimento. Busca-se uma experiência cultural mais autêntica, mais centrada nas raízes étnicas dos grupos visitados e distante da afetação imposta pelo Turismo de massa.



Conhecer a tipologia do Turismo Cultural auxilia o Guia de turismo na preparação de planejamento e na execução de roteiros turísticos. Pois sabendo as características dos subprodutos ou subcategorias, é possível construir roteiros que realmente se adequem às expectativas dos turistas.

Retornando a questão do patrimônio cultural e do turismo, a atividade turística não é necessariamente uma vilã ou a heroína das questões que envolvem os bens culturais.

Na sociedade capitalista o lucro é o principal objetivo a ser alcançado pelas empresas. O ponto é que na busca desenfreada pelo lucro o capitalismo vai destruindo os próprios elementos que servem para a sua sustentabilidade, como as forças produtivas, o meio ambiente e, no caso deste estudo, o patrimônio cultural.

O Turismo sem consciência pode contribuir com os processos de desconstrução da autenticidade das culturas, gentrificação e aniquilação dos patrimônios de “pedra e cal”.

Um exemplo disso é um roteiro em Manaus pelas águas do Rio Negro e Amazonas. Em determinado momento a embarcação com os turistas para em uma das praias de água doce que existem ao longo do Rio Negro. Nela havia uma oca e os visitantes são convidados a entrarem para uma apresentação de danças tradicionais dos índios do alto Rio Negro.

A dança tratava-se apenas de uma demonstração para os turistas, os quais foram convidados a dançar juntos e a comprar alguns produtos artesanais em barracas montadas dentro da oca.

Para entrar em uma comunidade dos índios do alto Rio Negro é preciso ter autorização da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e da ciência do cacique da aldeia. Exatamente, para que não se perturbe algumas tradições culturais.

A dança foi muito divertida para os turistas, mas não representava uma manifestação autêntica dos povos da região, mas era apenas um teatro montado para encantar os visitantes.

Já a gentrificação é o processo pelo qual os moradores são expulsos ou têm que se mudar das regiões turísticas devido ao aumento dos preços. Cidades como Veneza e Barcelona passam por este processo. Seus centros



históricos estão se tornando desertos, pois os moradores sem condições de arcar com os preços dos alugueis ou expulsos, para que seus apartamentos sejam convertidos em quartos para turista, estão se mudando para as zonas periféricas muito mais baratas.

A consequência disso é que, apesar das belezas de seus patrimônios culturais e naturais, estão se transformando em cidades sem vida, pois o principal elemento da cultura local, o morador, está desaparecendo destas áreas.

O Turismo de massa traz muitas consequências quando realizado sem critérios, que vão desde a ameaça de destruição do patrimônio cultural ao desrespeito à memória dos povos visitados. Sobre isso, o escritor israelita Shahak Shapira realiza um trabalho para mostrar o desrespeito de alguns turistas ao visitarem o Memorial do Holocausto.

Contudo, como dito, o Turismo não é nem vilão nem um herói nessa história. Em muitos casos viabiliza a existência do patrimônio cultural.

O Turismo também cria possibilidades de emprego para as comunidades e contribui com a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural local.

Tudo dependerá da forma como é realizado o planejamento e a execução do roteiro, ou melhor da concepção que se está por trás das duas etapas do guiamento. Para se ter um turismo sustentável é preciso que os valores humanos estejam acima dos valores do mercado. O patrimônio cultural pode ser um produto turístico, mas está longe de ser qualquer produto.

É preciso tratar as questões que envolvem o patrimônio cultural com responsabilidade e criticidade, pois quando falamos nos bens culturais estamos lidando com a identidade e com as memórias coletivas de comunidades e sociedades.

Fonte internet:
<https://medium.com/pensando-alto/as-ruas-de-paraty-c934725a9091>





Tema 01 - Turismo e a História

Parece um tanto óbvio a associação do Turismo Patrimonial e a História, pois abordar uma perspectiva histórica ao lidar com o patrimônio cultural é praticamente uma obrigação.

Só que a questão apresentada aqui extrapola a simples utilização da história como um meio de descrever um bem cultural. O objetivo é apresentar a História como chave holística no processo de interpretação do patrimônio cultural.

Portanto, a segunda fase desta obra é propositiva, esperando, assim, apontar possíveis caminhos para os Guias de turismo na lida com as questões que envolvem os patrimônios culturais.

De nenhuma forma a obra constituiu um instrumento impositivo. As sugestões aqui podem ou não ser seguidas pelos profissionais do guiamento, ou até mesmo adaptadas de acordo com a realidade de cada guia.

5.1 Estudo de caso

A partir da experiência de Meneses (2006), relatado em seu livro “História & Turismo Cultural”, observaremos como o autor direciona o olhar do leitor para enxergar como a História pode contribuir na atividade do guiamento:

Imagine a seguinte cena: uma senhora idosa reza contrita, de joelho, na Igreja do Carmo, em Diamantina, faz naquele espaço o que cotidianamente a motiva a se deslocar de seu ambiente doméstico até o templo de sua devoção para rezar e pedir graça a Deus pelo mundo e pelos seus entes queridos. Nesse tempo de reflexão, ela é uma fiel a se elevar a Deus, e esse momento lhe é único, de importância fundamental para sua existência. No horário de sua oração, a igreja está aberta, também, à visitação turística. Um guia que acompanha dezenas de turistas franceses explica a eles a construção da cultura e da arte barroca nas Minas Gerais. No seu discurso, a cultura que apresenta é fruto de um contexto histórico contrarreformista, onde os preceitos de Trento dão norte aos modos de viver e representar a vida e o culto a Deus, nas Minas Gerais do século XVIII. O guia quer, através das talhas dos altares e da pintura do forro, enaltecer as características do barroco mineiro como manifestação distinta e, no olhar para o alto e explicar e buscar evidenciar a qualidade do



seu francês, mal percebe a beata. Quando percebe, acha um incômodo a sua presença. Que mulher mais fora de propósito, pensa ele.

Os turistas, de antemão, perceberam a senhora em oração, e para eles ela é, também, um atrativo para se ver, um problema para pensar. Olham os altares e o forro que eles buscaram conhecer porque previram e planejaram sua viagem sabendo da distinção do barroco mineiro. Compreendem as características explicadas pelo guia turístico, mas, atentos a tudo, com maior parte dos turistas, observam, também, e com curiosidade, e com a curiosidade e o interesse desvelador, a velhinha mineira. [...]

O guia não jogou luz sobre a manifestação cotidiana da senhora em oração e continuou seu discurso, mesmo percebendo o interesse dos franceses por aquela diamantinense que vai rezar na igreja fora do horário do culto coletivo. Se ela não estivesse presente, ele teria desempenhado melhor seu papel porque não teria que baixar o tom de voz de seu francês estudado com tanto sacrifício. [...]

A senhora beata de Diamantina, se fosse bem compreendida pelo Guia Turístico de nossa cena anterior, teria funcionado, assim, como um instrumento de mediação entre o passado barroco que edificou o templo visitado e a herança cultural de uma comunidade que mantém viva na memória desse passado, e, mais que isso, vivencia permanências culturais de uma religiosidade historicamente construída a partir do fundamento que se busca conhecer. Seu ato (a oração na Igreja) (MENESES, 2006, p. 17- 21).

O que a passagem de Meneses (2006) revela? Em primeiro lugar é importante compreender que a dimensão do patrimônio cultural não se esgota na sua estética. A importância dos bens culturais extrapola o simples olhar estético e se manifesta no cotidiano das comunidades.

Assim, no exemplo do autor a velhinha é a representação das manifestações reminiscentes da religiosidade diamantinense. É, portanto, um elemento desta cultura mineira que ainda persiste em continuar viva.

A crítica que Meneses (2006) faz ao guia é a de não perceber as manifestações culturais presentes no cotidiano da cidade.

O Guia de turismo se preparou, estudou francês, pesquisou sobre a história do barroco e suas peculiaridades artísticas, mas, para Meneses (2006), o Guia de turismo perdeu a oportunidade de estabelecer as ligações entre a Igreja (o patrimônio cultural) e a velhinha (comunidade).

Nas entrelinhas do trecho destacado, o autor vai revelando a forma de se usar a história, principalmente a história cultural, de uma forma que



supere a simples descrição dos objetos ou de uma história mecanizada, en-
gessada e que não permite reflexões por parte dos turistas.

A História Cultural, segundo a Historiadora Sandra Pesavento, “se-
ria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações,
tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os ho-
mens expressaram a si próprios e o mundo.” (PESAVENTO, 2003, p. 8).

O desenvolvimento de uma História que tem a cultura como o pon-
to principal de sua reflexão parte da organização teórica e metodológica da
Escola dos Annales (o vídeo sobre a Escola dos Annales, do canal Leitura
Obriga HISTÓRIA, é uma boa introdução ao assunto, pois está em uma lin-
guagem simples e acessível para todos). O que importa para este trabalho é
a ideia dos Annales de história-problema.

Assim, aquilo que importa são as perguntas que fazemos ao passa-
do, ou seja, o problema que se elabora em torno de um fato ou evento.

A história-problema busca a compreensão do presente, de modo
semelhante ao que o historiador francês Marc Bloch falava, perguntamos
à morte para entender a vida. Nesta perspectiva, o objetivo da História é
compreender o presente e não aprender lições daquilo que passou para não
repetir o futuro, como se fosse possível dois fatos históricos em tempos di-
ferentes serem iguais. É obvio que há pontos análogos entre dois eventos
diferentes e sempre se pode usar as experiências do passado como bases
para propor novas soluções para os problemas do presente. Contudo, não se
deve desconsiderar as diferenças e peculiaridades entre dois fatos históricos
distintos, sejam eles do passado ou entre passado e presente.

Voltando ao Guia turístico da história de Meneses (2006), apesar
de ter feito a contextualização do patrimônio histórico, pois contextuali-
zar é fundamental para poder abordar as temáticas que envolvem os bens
culturais, sejam eles materiais ou imateriais. O Guia cometeu o erro de não
problematizar as questões que envolviam o patrimônio e nem de estabelecer
essa conexão necessária entre passado e presente.

Então, o discurso do guia apesar de ser empolgado e eloquente não
aprofunda a percepção do turista. A contextualização e posteriormente a
descrição do objeto apenas mantém as informações passadas em uma ca-

mada superficial. Mas, como aprofundar o conhecimento sem que a explanação do assunto se torne enfadonha, uma vez que não se está em uma sala de aula, mas em uma atividade de visitação turística?

Primeiramente, há muitas formas de se lidar com o patrimônio cultural em uma atividade de guiamento, e, fundamentalmente, cada Guia turístico vai desenvolvendo a sua forma de lidar com essa relação triangular entre turistas, patrimônio cultural e o próprio guia turístico.

Em segundo lugar, as ideias escritas neste instrumento não devem ser vistas como um manual, mas como um conjunto de sugestões que o guia pode ou não levar em consideração na sua atividade profissional.

Aliás, há na internet muitos manuais para Guias de turismo, como alguns que deixaremos aqui embaixo com os links de acesso:

Figuras 14 - Manual para Guias de Turismo: roteiros alternativos para passeios a pé

Fonte internet: http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/guia_12junho_v2.pdf
acesso em 12/08/2021.



Figuras 15 - Uma revolução lenta, mais decisiva

Fonte internet: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1081>
acesso em 12/09/2021.



Figuras 16 - Manual do guia de turismo: referências teóricas e práticas...

Fonte internet: <http://www.entrelinhaseditora.com.br/uploads/produto/pdf/0002962013102350.pdf>
acesso em 23/07/2021.

MANUAL DO GUIA DE TURISMO

Referências teóricas e práticas para o
turismo em áreas naturais

Leila Cristina de Souza Cunha
Ouvizcano

Contudo, deve-se encarar os guias como facilitadores e não como soluções, pois a atividade turística é extremamente dinâmica e o comportamento de turistas Norte Americanos será diferente da percepção dos turistas Russos ou Chineses. Portanto, o Guia precisa ser flexível para compreender as diferenças de visão de mundo destes turistas.

A proposta deste capítulo é de pensar em estratégias para se lidar com o patrimônio cultural. Antes de passarmos para as propostas propriamente ditas, vale ressaltar que na visão de Meneses (2006) e outros autores a atividade do Guia é eminentemente interpretativa e ainda entender que o Guia de turismo é, antes de tudo, um agente educador.

5.2 Propostas de uso da História na prática turística para o patrimônio cultural

Será apresentado as propostas para o uso da História na prática turística na relação do patrimônio cultural:

- **Problemática:** pensar em um problema para o objeto ou patrimônio cultural que será visitado. A pergunta deve ser simples, afinal de contas, não há tempo em uma visita para se explorar profundamente as questões que envolvem o patrimônio cultural visitado. É interessante, também, provocar outros questionamentos no turista. Responder à pergunta principal, mas levar o visitante a pensar em muitos outros problemas. O problema pensado deve levar em conta o presente, neste sentido, o guia será responsável por ligar o passado ou o presente. A pergunta em si não é o



mais trabalhoso e sim buscar a resposta. Portanto, em uma pergunta simples “qual a importância do centro histórico de São Cristóvão - SE para os moradores do município?” O guia terá que pesquisar junto a comunidade a resposta, deverá compreender os sentimentos ali existentes, as memórias, as vivências, o impacto econômico” daquele patrimônio na comunidade e as manifestações culturais remanescentes;

- **Contextualização:** é importante situar o patrimônio cultural em um período histórico, demarcar o seu espaço e o tempo, assim como apontar os principais acontecimentos do período que marcaram a construção do bem cultural;

- **Narrativa:** descrever o patrimônio cultural é necessário, mas não se deve apegar a descrição como a principal parte de uma visitação. Cuidado em usar os termos técnicos, pois muitos turistas não têm o conhecimento sobre eles e extrapolar a utilização destes termos pode transformar a visita em algo enfadonho. Algumas situações engraçadas ou histórias inusitadas sobre o patrimônio são bem-vindas, mas se deve ter cuidado com isso. Muitos turistas podem ficar aborrecidos com isso, pois queriam informações mais verídicas do local, ou ainda as piadas podem conter tons discriminatórios e não serão bem recebidas pelo público. O uso desse recurso deve estar reduzido a uma forma de se quebrar o gelo inicial com o grupo de turista. Procurar uma linguagem simples, correta e objetiva durante a narração.

- **Dialogo:** é interessante o guia realizar um pequeno diálogo com os turistas, fazendo pequenas perguntas de respostas muito simples, com dois objetivos bem definidos, o primeiro dar mais dinamismo a visitação e conduzir o turista através da sua narrativa. Não se trata de uma etapa, mas sim de um procedimento a ser adotado durante a visitação. No entanto, não faça perguntas direcionadas a uma pessoa específica (isso pode ser constrangedor e considerado ofensivo), direcione o



questionamento ao grupo; faça perguntas bem simples, use as respostas como um “feedback” e para orientar a direção que o seu discurso deve seguir.

- **Interpretação simbólica:** essa é a parte mais complexa da atividade, tão complexa que o sétimo capítulo é praticamente dedicado a abordar as questões pertinentes à interpretação. Basicamente, o guia tem que pensar nos elementos simbólicos incorporados ou que se relacionam com o patrimônio cultural e nas representações do passado e presente que tangem o bem cultural visitado, assim como revelar as manifestações culturais do presente e passado que são exteriorizados pelos bens culturais.

- **Ligação entre passado e presente:** após todo o trabalho realizado na parte de interpretação simbólica é necessário estabelecer as ligações entre as representações do passado com as do presente, apontando as permanências simbólicas ou as rupturas.

- **Fechamento:** na última parte se faz a síntese de tudo apresentado, para com isso revelar a resposta da pergunta principal. É importante reservar este último espaço para retirar algumas dúvidas dos turistas e “encerrar sem encerrar a visita guiada”, isso significa que é conveniente estimular os turistas a formularem outros questionamentos e, até mesmo, fazer uma nova pergunta dentro do que foi apresentado na visita (como uma espécie de dever de casa) e deixar que a curiosidade de cada um faça o seu trabalho.

Os pontos aqui apresentados não são uma sequência fechada, pode-se seguir este esquema ou modificar a ordem deles à vontade. Sugere-se a seguinte sequência:



O diálogo não foi colocado, pois ele não deve ser visto como uma etapa, mas como um procedimento que deve estar presente por toda a apresentação do Guia de turismo.

Por fim, no próximo capítulo será apresentado as noções de educação patrimonial e interpretação do patrimônio que ajudarão a compreender melhor a proposta apresentada.

Tema 02 - Educação patrimonial e interpretação do patrimônio cultural

A educação e a interpretação patrimoniais são instrumentos importantíssimos no que tange a relação e a atividade do Guia de turismo para com o patrimônio cultural.

O patrimônio cultural, enquanto objeto histórico, define um evento do passado que para os especialistas em turismo é a base de um produto que deve ser comercializado amplamente, configurando um objeto econômico explícito.

Contudo, o turismo massificado, com aspecto puramente econômico, presta um desfavor ao campo patrimonial. Para Meneses (2006), a alternativa a um turismo mecanizado e preso a uma prática repetitiva é promover a apreensão e interpretação acerca do passado de determinado grupo social ou comunidade localizados em um dado espaço e em um tempo histórico.

Assim, o entendimento da cultura passada de um grupo implica em parâmetros que se aproximam da busca intelectual do cientista social (historiador, antropólogo, sociólogo etc.), ou seja, da compreensão holística da



cultura visitada. Contudo, deve ser ministrada de forma a se tornar uma atividade prazerosa para o turista.

Neste sentido, o trabalho do guia é desvendar as simbologias presentes nas culturas visitadas através de um olhar interpretativo, e o mais importante é transmitir essa interpretação de forma agradável, atrativa e lúdica.

As ferramentas, que aqui estão sendo apresentadas, ajudam com a tarefa de conduzir uma visita com alguma profundidade de conhecimento, mesclado ao prazer que a viagem deve proporcionar ao viajante.

Vale ressaltar que as propostas aqui não devem ser encaradas como conduta obrigatória do Guia de turismo, mas como sugestões a realização de uma atividade de guiamento mais consciente e crítica.

2.1 Educação patrimonial

Em um primeiro momento, refletir-se-á a respeito das origens da Educação Patrimonial e do que consiste nessa metodologia, para depois enveredar pelas proposições.

A Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil em 1983 pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, que após visitar a Inglaterra introduziu a metodologia em decorrência do 1º Seminário sobre o uso Educacional de Museus e Monumentos organizado pelo Museu Imperial na Cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Segundo as autoras, a Educação Patrimonial

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Portanto, a questão-chave da Educação Patrimonial está na forma em que se aborda o Patrimônio Cultural e como essa abordagem vai possi-

bilitar um entendimento sobre o bem cultural, ou até mesmo a formação de uma consciência crítica voltada para a valorização, preservação e divulgação do legado cultural de uma sociedade.

Tratando-se de uma metodologia que se pode aplicar em espaços formais ou não formais de ensino, cabe ao guia encontrar maneiras de incorporar as suas práticas cotidianas aos pressupostos do método.

O vídeo do canal de Youtube do Instituto Eckart (O que é Educação Patrimonial) dá uma boa ideia de como trabalhar a Educação Patrimonial na prática.



Figuras 17 - O que é educação patrimonial.

Fonte internet: <https://www.youtube.com/watch?v=A00b0hiZ0us&t=19s>
acesso em 14/07/2021.

Zettermann (2016) alerta para o papel do Guia de turismo enquanto educador patrimonial, pois, na maioria das vezes, ignora o seu papel enquanto educador patrimonial, o qual desempenha em todos os instantes do seu guiamento, desenvolvendo diversas estratégias educacionais.

A partir da interpretação do patrimônio, conseguem que os turistas deixem de ver o patrimônio cultural da localidade visitada apenas como um objeto de contemplação, mas também como fonte de conhecimento.

Desta forma, motiva os turistas a terem respeito pelos elementos multiculturais das comunidades turísticas visitadas, “reconhecendo a importância deste patrimônio cultural para a comunidade local e, assim, consequentemente, sentirem-se também responsáveis pelo mesmo” (ZETTERMANN, 2016, p. 4).

A Prefeitura da cidade paranaense de Londrina desenvolveu um projeto de educação patrimonial que durou sete anos e gerou muitos produtos que podem ser acessados pelo site:



Figuras 18 - O que é educação patrimonial.

Fonte internet: <http://www.educacaopatrimonial.com.br/#roteiros/02.html>.

acesso em 24/07/2021

Esses produtos estão os roteiros culturais, em um total de cinco roteiros, elaborados a partir de um tema-chave e destinados a um público específico.

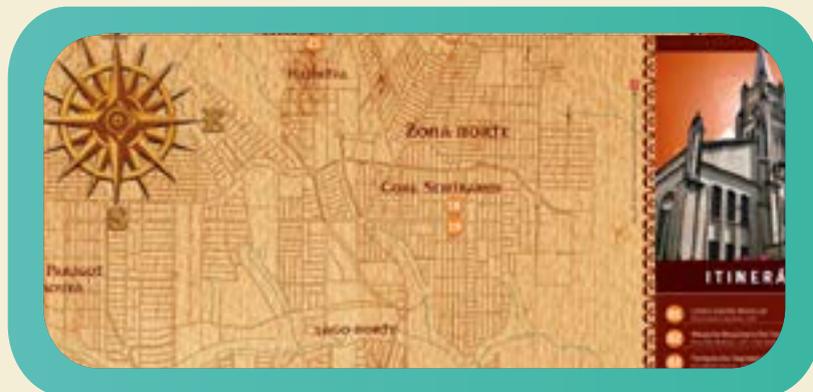
No caso do roteiro da diversidade religiosa, o público-alvo era escolas públicas e privadas da rede de ensino de Londrina, alunos de instituições de ensino superior, grupos da Terceira Idade e demais grupos organizados.

O que a Prefeitura de Londrina realizou por meio da sua Secretária Municipal de Cultura foi desenvolver um projeto de visita turística com base nos pressupostos de uma educação patrimonial crítica.

Em vista disso, os temas-chave procuraram trabalhar aspectos da vida cotidiano de Londrina. No caso do roteiro da diversidade religiosa, o intuito foi demonstrar a riqueza religiosa e suas manifestações existentes no município.

O planejamento do roteiro foi fundamental para a prática de Educação Patrimonial, proporcionando ao participante da excursão não apenas o conhecimento e a conscientização em relação ao tema religiosidade, mas também proporcionando horas de lazer aos visitantes.

Então, primeiramente, para trabalhar a metodologia de Educação Patrimonial propomos a elaboração de um roteiro que priorize o método, isso significa que o roteiro deve ser organizado levando em foco os bens culturais que ajudem a responder à problemática escolhida.



Figuras 19 - Roteiro da diversidade religiosa de Londrina, secretária de cultura, 2007.

Já foi dito no capítulo 5 que ao refletir sobre o patrimônio cultural é interessante situá-lo em uma problemática. Vamos ver novamente o exemplo do Roteiro da Diversidade Religiosa organizado pela Prefeitura de Londrina. O problema elencado foi se havia ou não diversidade religiosa no município.

A visitação às igrejas espalhadas pela cidade de Londrina, portanto, ajuda a responder essa pergunta. Assim, um roteiro de visitação turística na perspectiva da Educação Patrimonial tem que se preocupar com qual problema, referente aos aspectos culturais da cidade, deve responder e, a partir daí, definir os locais de visitação.

Pierre Nora (1997) disse que a identidade, a memória e o patrimônio cultural formam uma “constelação passional” devido ao quão os três estão ligados, pois juntos são capazes de criarem possibilidades de ligações emocionais com os objetos físicos e as práticas sociais. A emoção gerada se liga à memória, criando um poderoso vínculo identitário que une o sujeito a eventos e monumentos ou a lugares e pessoas. À vista disso, tomando as palavras de Oliveira (2018) “o patrimônio cultural configura-se em objetos e saberes, cuja construção visa dar suporte, material e imaterial, às práticas sociais” (OLIVEIRA, 2018, p. 16).



Deste ponto, é preciso que o guia compreenda o universo simbólico presente nos patrimônios culturais, pois é ele que fará a introdução dos turistas à cultura visitada por meio de uma atividade de interpretação.

6.2 Interpretação patrimonial

Imagine a cidade e seus segredos, imagine este espaço como um grande texto a ser lido, o qual precisa ser decifrado e interpretado. Seus símbolos, suas tradições, as expressões culturais gravadas em cada gesto dos seus habitantes e tudo presente na arquitetura do espaço urbano.

Segundo Murta e Albano (2002), “o principal foco da interpretação é estabelecer uma comunicação efetiva com o visitante, mantendo importantes interfaces com o turismo, a preservação do patrimônio e o desenvolvimento cultural das comunidades” (MURTA & ALBANO, 2002, p. 10).

Portanto, a partir da definição das autoras supracitadas, devemos imaginar a interpretação com um elo entre a atividade turística e a preservação do patrimônio cultural. O objetivo da interpretação é convencer as pessoas do valor do seu patrimônio, estimulando-as a conservá-los, eis a essência da atividade de interpretação patrimonial.

A cultura está presente na vida cotidiana e se manifesta pelas formas mais simples até as mais complexas, de tal maneira que na maioria das situações acreditamos que cultura diz respeito aos produtos da indústria cultural.

A língua é o maior patrimônio cultural de um povo. No idioma estão presentes estruturas de pensamento únicas, difíceis de serem compreendidas por outras culturas. Um exemplo é a palavra saudade, que para nós é algo maior do que sentir falta, é uma dor no peito tão grande que chegamos a nos apequenar diante dela.

Este sentimento tão único para os falantes da Língua Portuguesa não é compreendido pelo falante de outra língua, a não ser por meio de mediações. Assim, a palavra saudade não é apenas um obstáculo ou uma incompatibilidade da linguagem, mas é principalmente uma característica cultural daqueles que falam a Língua Portuguesa.

O objetivo do intérprete cultural é desvendar as estruturas presentes na cultura e torná-las visíveis aos turistas, permitindo que eles tenham um contato verdadeiro com a riqueza cultural da localidade visitada.

O Estado do Maranhão foi o primeiro a pensar na questão da interpretação cultural ligada ao turismo, como demonstra a reportagem abaixo.



Figuras 20 - O que é educação patrimonial.

Fonte internet: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/12/nova-casa-do-maranhao-e-mais-nova-atracao-turistica-de-sao-luis.html>

acesso em 21/06/2021

O Centro de Interpretação Turístico-Cultural no Maranhão combina diferentes formas de interpretar o patrimônio cultural com equipamentos que possibilitam múltiplas possibilidades educacionais aliadas a técnicas museológicas contemporâneas. Logo, o museu passou a ser um espaço multimídia.

Partindo de uma perspectiva holística e antropológica, a Casa do Maranhão proporciona aos turistas um roteiro a respeito do Estado e das tradições maranhenses. Reunindo textos, vídeos, softwares e a experiência narrativa dos guias, o museu insere o visitante em uma experiência rica e dinâmica de interpretação cultural.

Portanto, a interpretação cultural, conforme pontuam Murta e Albano (2002), pode se dar de inúmeras maneiras, como os meios utilizados na interpretação cultural são muito importantes e devem ser realizados a partir de um planejamento que priorize a Educação Patrimonial, um amplo estudo da história e das simbologias culturais que se camuflam no cotidiano das cidades.

Na próxima página, para facilitar a percepção do leitor, elaboramos um esquema com os principais tipos de interpretação patrimonial.



- Sinalização interpretativa;
- Trilhas interpretativas;
- Arte como forma de interpretação;
- artesanato como meio de interpretação da cultura local;
- Placas e painéis interpretativos;
- Mapas ilustrados;
- Folders;
- Participação da comunidade e, a narrativa do guia de turismo

Fonte internet:

<https://br.freepik.com/fotos-premium/estatua-moai-em-ahu-tongariki-com-condor-passaro-cabeca-ilha-pascoa>





Tema 03- Turismo comunitário

O Turismo comunitário surge como uma alternativa ao Turismo de massa. Maldonado (2009) expõe que o Turismo comunitário ou rural é um fenômeno recente na América Latina, que é datada de meados dos anos de 1980, e que foi fruto das pressões mercadológicas sobre os patrimônios culturais das comunidades indígenas e quilombolas. Desta forma, muitas ONGs ambientais encorajaram diversas comunidades a receberem turistas em seus territórios, por considerarem uma opção viável para a preservação de seus recursos naturais, do meio ambiente e da biodiversidade local.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é também chamado de turismo comunitário ou solidário. Para Ferreira (2020), esse tipo de turismo não é um segmento, mas sim um modo de fazer turismo. Maldonado (2009) entende o turismo comunitário, como:

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 31).

Além do Turismo comunitário possuir uma perspectiva humanista é também uma forma de turismo mais justa, pois coloca a população local como protagonista de todas as etapas da construção de um roteiro turístico, assim como de sua execução.

Ferreira (2020) ao citar a “ONG Projeto Bagagem” diz que a organização define o turismo comunitário como uma atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Proporcionando, portanto, que a comunidade se torne a proprietária dos empreendimentos turísticos.

Assim, o Turismo comunitário proporciona a imersão na cultura do outro, compartilhando sabores, saberes e o patrimônio cultural e ambien-



tal da comunidade. Por essas características, tende a respeitar as dinâmicas culturais cotidianas e por ser realizado em uma escala menor do que aquela do Turismo de massa não põe em risco os bens culturais da comunidade, tornando-se, assim, uma alternativa real ao Turismo de massa.

Se pensarmos em termos culturais e em turistas que querem realizar uma imersão na cultura visitada não há alternativa melhor do que um roteiro criado e executado pela própria comunidade.

Os quilombos, por exemplo, constituíram no passado locais de refúgio de africanos escravizados e afrodescendentes por todo continente americano.

Entendia-se que os escravos fugitivos iam para os quilombos em busca de proteção, contudo, historiadores e antropólogos compreenderam que restringir os quilombos às situações de fuga não consegue dar conta da dinâmica social desses grupos.

Alguns quilombos formaram-se devido a compra de terras por escravos alforriados, outros foram resultados de heranças e ainda certos grupos simplesmente ocuparam fazendas decadentes.

Além disso, existiu os quilombos urbanos, que em vez de se isolarem do contato com a sociedade, muito pelo contrário, realizavam trocas comerciais e comunicavam-se com os centros urbanos.

O documentário representado pela figura abaixo aborda a história dos quilombos e, principalmente, a questão acerca do papel social do quilombo no século XXI.

A respeito dos quilombos urbanos ou abolicionista, o Historiador Eduardo Silva, no seu livro “Camélias do Leblon”, aborda o quilombo da seguinte forma:

No modelo tradicional de resistência à escravidão, o quilombo – rompimento, a tendência dominante era a política de esconderijo e do segredo de guerra. Por isso, esforçavam-se os quilombolas exatamente para proteger seu dia a dia, sua organização interna e suas lideranças de todo tipo de inimigo, curioso, forasteiro, inclusive, depois os historiadores.

Já no modelo novo de resistência, o quilombo abolicionista, as lideranças são muito bem conhecidas, cidadãos prestantes, com documentação civil em dia e, principalmente, muito bem articulados politicamente. (SILVA, 2003, p. 11)

Os quilombos no século XXI enfrentam muitos desafios que colocam em risco não só a sobrevivência do próprio quilombo e de seus moradores, mas as práticas culturais que são ali cotidianamente vivenciadas.

Entre as muitas ameaças estão as dificuldades financeiras pelas quais os quilombolas passam e a especulação imobiliária. A respeito desta última, houve um caso no início dos anos 2000, envolvendo o quilombo dos Silvas em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O quilombo dos Silvas se localiza no bairro Três Figueiras, zona nobre da cidade, e vinha há muito tempo sofrendo assédio das imobiliárias locais para desocupar o terreno, visto os interesses econômicos do setor imobiliário.

O caso foi levado à defensoria pública do Estado, que interveio na situação a favor do quilombo, o qual chegou até mesmo a ter uma ordem de despejo expedida pela Prefeitura de Porto Alegre às vésperas do natal.

A polícia e as máquinas de demolição foram mandadas para o local e a ação só não ocorreu devido a uma liminar expedida pela justiça do Estado.

Casos como este ocorrem diariamente e muitos quilombos lutam, simplesmente, pelo direito a serem reconhecidos como tal. Neste contexto, o turismo comunitário transforma-se em um instrumento de preservação das comunidades tradicionais e uma fonte de recursos financeiros.

Um pouco mais sobre a História do quilombo dos Silvas.



Figuras 21 - SUL21- Quilombos dos Silvas.

Fonte internet: <https://sul21.com.br/cidadesz-areazero/2016/11/primeiro-quilombo-urbano-resiste-prensado-por-um-dos-metros-quadrados-mais-caros-de-porto-alegre/> acesso em 15/07/2021.



A cultura indígena também sofre com diversos tipos de assédios que colocam em risco a vida social e as tradições culturais das diversas nações indígenas espalhadas pelo Brasil.

Ao longo da história brasileira boa parte da cultura indígena foi destruída, muitas etnias e culturas foram dizimadas, e ainda boa parte da cultura indígena sofreu por conta dos processos de hibridação cultural.

A cultura indígena tem uma lógica completamente diferente da ocidental, estando muito mais integrada ao meio natural do que o “homem branco”. Nesse sentido, o turismo de base comunitária possibilita que a própria comunidade transmita o conhecimento possibilitando acesso às estruturas mentais e simbólicas que seriam muito mais complicadas de serem compreendidas por quem é de fora da cultura.





Conclusões

Como dito, o guia procurou trazer uma reflexão a respeito do patrimônio cultural, com o objetivo de ajudar a formação do aluno do curso de Guia de Turismo, a partir de uma perspectiva omnilateral.

Sendo o Guia de turismo uma espécie de cicerone do seu país natal, é interessante que se faça a apresentação da cultura da melhor forma possível.

A aplicação das ideias contidas neste material será sempre uma decisão do Guia de turismo que pode desconsiderar, usar ou adaptá-las à sua realidade profissional. De toda forma, a importância deste material é possibilitar que o profissional do guiamento olhe para o patrimônio cultural com um olhar diferenciado muito mais crítico. Aliás, não só para os bens culturais, mas para a sua profissão também.

Fazer o turista entender o universo simbólico da sociedade visitada é o grande desafio, pois, apesar dos muitos conceitos, a cultura é um conjunto de respostas às dinâmicas sociais criadas pela vida em sociedade.

Nesta perspectiva, os problemas da vida em sociedades complexas são basicamente os mesmos em cada sociedade. Por exemplo, as formas como se dão os namoros ou casamento, como tratar as pessoas com respeito, como se comportar no meio social, quais os papéis que lhe cabem, em relação às questões de gênero, ou os papéis que lhe cabem de acordo com cada classe social, o modo que interagimos como o mundo espiritual e etc.

Portanto, a cultura é uma resposta a estas problemáticas que se diferenciam de sociedade para sociedade por conta de muitos fatores diferentes, como história, geografia e clima.

Partes destas respostas são manifestadas nas atividades cotidianas de cada um de nós, outras se manifestam em prédios, festas, danças, comidas, artesanato e outras tantas coisas.

Assim, em todos os momentos a cultura se expressa em cada rua, avenida, nos hábitos e gestos das pessoas, na fala de cada um, nas festas e manifestações religiões, nas obras de arte e artísticas, nos pequenos objetos e nas expressões idiomáticas do cotidiano. Deparar com essa certeza é com-



prender que estamos imersos na nossa cultura e nestas respostas automáticas, as quais já estamos tão acostumados.

Com essa consciência, devemos desvendar um universo simbólico o qual o turista não tem acesso. Em suma, a cultura diz respeito a como nos colocamos no mundo e por isso

está tão fortemente ligada à identidade. O respeito à diversidade cultural de cada um é extremamente importante e transmitir o respeito à cultura visitada é uma tarefa importante. Por isso, a Educação patrimonial e a interpretação cultural são ferramentas valiosas para a atividade de guiamento, pois possibilitam a construção de roteiros que agreguem às suas dinâmicas a consciência patrimonial, o respeito ao outro e a compreensão do universo simbólico de cada país, sociedade, comunidade e grupos.

Fonte internet:

<https://www.gettyimages.pt/fotos/kremlin?family=creative&assettype=image&phrase=kremlin&suppressfamil>





Referências:

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Turismo Histórico-Cultural*: volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: Editora do SESC, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERKO, Georgia P. Da Silva. *O empreendedorismo cultural: os discursos do desenvolvimento como utopia*. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas: neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as Políticas Públicas, São Luis – MA, 2009.

FERREIRA, Luíza. *Turismo de base comunitária: o que é e por que você deveria viajar assim*. Disponível em: <https://janelasabertas.com/2019/04/24/turismo-de-base-comunitaria/>. Acesso em: 15 Jul. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio histórico e cultural* – 2º ed – Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q.. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Petrópolis: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999

LEITE, F. C. L.; SOARES, M. H. A. . *Guia de Turismo: da origem da profissão a formação profissional*. In: 10º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2016, Foz do Iguassu. 10º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2016.

MALDONADO, Carlos. *O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas*. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (organizadores). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. P. 25-44



MEDEIROS. B.F; CASTRO, Celso. *Destino: cidade maravilhosa*. In: CASTRO, Celso, GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES, A. M (Org.). *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, pp 13-36.



MENESES, J. N. C. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

MURTA, Stela Maria; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.



NORA, Pierre (org). *Science et conscience du patrimoine: actes des entretiens du patrimoine*. Paris: Fayard, 1997

OLIVEIRA. L. A. *Patrimônio cultural, memória e identidade: um estudo etnográfico sobre processos de interação de atores humanos com monumentos cívicos*, Ano de obtenção: 2018.



PECIAR, Paola L. R.. *Turismo Cultural: um olhar sobre as manifestações de atratividades encontradas nas feiras populares do Brique da Redenção em Porto Alegre- RS- Brasil, e na Feira da Praça Matriz em Montevideu - Uruguai*. In: Professora Margarita Barretto. (Org.). *Turismo Cultura e Sociedade*. 1ª ed. Caxias do Sul: Educs, 2006, v. 1, p. 41-54.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravidão: uma investigação de História Cultural*. São Paulo: Companhia da Letra, 2003.



VIANA. Nildo. *A consciência da História: ensaios sobre o Materialismo Histórico Dialético*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

VILLARES, L. G.. *O patrimônio cultural na ótica marxista: considerações sobre o materialismo cultural*. In: IX Colóquio Internacional Marx Engels, 2018, Campinas. *Cultura, Capitalismo e Socialismo*, 2018. v. 1. p. 1-9.



ZETTERMANN, Guilherme. *A atuação do Guia de Turismo como educador patrimonial*. In: XIII Encontro de História Oral: História Oral práticas educacionais e interdisciplinares, 2016, Porto Alegre. *Anais Eletrônicos ...Porto Alegre*, 2016. P. 01 – 17, Disponível em: <http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares> . Acesso em: 10 Jul. 2021.